

**Pauta:** Projeto de construção de um prédio no terreno ao lado do Museu Júlio de Castilhos, entre as ruas Fernando Machado e Duque de Caxias

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** (14h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Boa tarde. Nesta comissão nós temos: eu, Ver. Mauro Pinheiro, presidente; Ver. Gilson Padeiro, vice-presidente; e demais vereadores que ainda não se encontram. A pauta de hoje é, a pedido do Ver. Jonas Reis, sobre o projeto de construção de um prédio num terreno ao lado do Museu Júlio de Castilhos, entre as ruas Fernando Machado e Duque de Caxias. Convidados: da Secretaria Municipal da Cultura, Sra. Ronice Giacomet Borges, diretora de patrimônio e memória; da Associação de Amigos do Museu Júlio de Castilhos, Sr. Antônio Augusto Medeiros Albuquerque; da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural – EPAHC, Sra. Débora Regina Magalhães da Costa, diretora; do IPHAN, Sr. Rafael Pavan dos Passos, superintendente; e da Associação Comunitária do Centro Histórico, Sra. Ana Maria Engers Lenz. Quero convidar o nosso sempre prefeito, Raul Pont, para compor a Mesa. O Ver. Jonas Reis, autor do pedido, está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro e colega Gilson Padeiro. Nesta tarde, a gente se reúne nesta comissão para debater um impasse colocado na cidade, não só sobre a questão urbana, mas histórica, cultural, de patrimônio e também de boa convivência nas vizinhanças. Nós fomos procurados por algumas instituições e ficamos preocupados com a possibilidade de um empreendimento que poderia acontecer na Rua Duque de Caxias. Inclusive, foi colocado pela mídia nas notícias e nos jornais que o próprio empreendimento não respeitava legislações, como a legislação sobre prédios históricos, que não pode ter prédios extremamente altos como este proposto. Mas é importante frisar aqui, Presidente, que quando pedimos esta reunião, temos sim uma preocupação com o desenvolvimento da cidade, com novas construções. No entanto, também temos uma preocupação com as pessoas que vivem nos seus bairros, com as pessoas que constroem debates em várias

instituições, e uma delas é a Associação do Museu Júlio de Castilhos. Tem uma preocupação enorme com o museu, com a história, e isso até agora não foi objeto de uma atenção com acuidade por parte do poder público nesta cidade. Inclusive, nós recebemos hoje um documento assinado pelo secretário Germano Bremm, que dizia da impossibilidade de estar aqui porque, segundo ele, não estaria ainda aprovado o projeto do empreendimento, que estava em análise na secretaria. Mas a gente também entende que muitos empreendimentos, quando envolvem temas polêmicos, soltam as notícias para ver como a sociedade vai sentir isso, como a sociedade vai perceber. Então, quero agradecer aqui, nesta tarde, para as nossas discussões, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rafael Passos; agradecer à direção do Museu Júlio de Castilhos, Sr. Antônio Augusto Albuquerque, e a associação também no mesmo nome. Nós ficamos bastante preocupados, porque os moradores, as moradoras em nenhum momento foram chamadas pela Prefeitura para debater. E nós temos um problema, está aqui o Felisberto, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, ele está em suspensão, esta é a realidade, ele não tem hoje condições legais de deliberar, liberar empreendimento. Felizmente uma condição que o governo colocou, porque poderia ter chamado eleição, poderia ter construído para a gente não ter entraves. Então, quero agradecer a Associação Comunitária de Centro Histórico – ACCH, a Sra. Ana Maria; também o ex-prefeito Raul Pont, ex-deputado estadual, que conhece muito de gestão pública; e aqui também a Sra. Ronice Borges, que representa o governo municipal.

Eu queria inicialmente dizer que nós precisamos, sim, de novas possibilidades para a cidade, mas a gente não pode atacar as comunidades que já moram no Centro Histórico, por exemplo, há muito tempo, não dá. Eu conheço várias pessoas, vocês devem conhecer também, em que muitos empreendimentos foram sendo liberados ao longo do tempo, no Centro, e os antigos foram ficando cada vez mais insalubres. Tem apartamentos com altíssimo índice de umidade e mofo, um lugar difícil de morar. Se a gente liberar novamente sem fazer uma discussão sobre como uma obra afeta a outra, nós vamos depreciar milhares de

imóveis ao redor daquele. A proposta que foi apresentada, uma maquete mesmo apresentada, mostra um sombreamento que chega até o Palácio Piratini. Isso é um quadro drástico em obras históricas. O Museu Júlio de Castilhos é o primeiro a ser atingido, e o museu faz parte da história da nossa cidade. Portanto, é muito preocupante. Inclusive, se alguém não conhece o museu, eu convido a conhecer, foi onde morou Júlio de Castilhos, que foi um dos primeiros políticos do nosso Brasil República, primeira movimentação em que a população foi chamada a poder tomar decisões. Eu acho que a gente precisa, nesta reunião, ouvi-los, mas mais do que isso, a gente precisa construir aqui uma compreensão de como a gente olha para o patrimônio, para a história da cidade. Não é porque eu não passo por uma rua, porque eu não moro numa rua, que nós vamos deixar essa liberação incessante, como se o secretário Germano Bremm fosse um balcão de negócios. Nós não podemos empoderar um secretário dessa forma. Eu acho que ele não vindo aqui, ele desrespeita essa comissão, porque ele se sente empoderado. Ele não é dono da cidade, dono dos empreendimentos; ele tem que respeitar regras mínimas de convivência e legislação, inclusive, feitas por esta Casa. Eu quero dizer para vocês que eu me sinto, como vereador, desrespeitado e sinto que a história de muitas vereadoras e vereadores desta Casa são desrespeitadas por esse secretário, que era para ser do meio ambiente, mas ele fica a todo momento fazendo conversas que não é com a população, não é com a legislação. Ele afastou, de dentro da secretaria – quero deixar aqui uma denúncia – muitos servidores de carreira excelentes, ele os afastou de dentro da secretaria, arquitetos, engenheiros, pessoas capacitadas foram embora da secretaria, porque não tinha clima coletivo, construção coletiva. O regramento vinha de cima, ou reza a cartilha, ou não fica, foram convidados a se retirar. Então há um clima muito ruim nessa secretaria, e acho muito ruim, quero registrar, com veemência nas notas taquigráficas desta comissão, que é um desrespeito com a Câmara de Vereadores não vir. A Secretaria de Cultura está aqui, agradecemos, mas é um desrespeito não vir o secretário que toca os projetos, que senta com as empresas, os empresários. Não tenho nada contra os empresários, tenho a favor inclusive, acho que eles são importantes nesse

espectro de debates, mas eles não podem estar acima de quem veio antes, quem está antes. Nós temos que fazer uma leitura coletiva. Nós aprovamos nesta Casa, inclusive, uma discussão de liberação de novos empreendimentos, mas esse regramento não engloba este.

Então, eu quero, já de antemão, passar a palavra para vocês, para gente poder ter uma tarde de audições aqui, discussões. Obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Primeiramente o pessoal das comunidades fará uso da palavra, depois a Prefeitura. O Sr. Antônio está com a palavra.

**SR. ANTÔNIO AUGUSTO MEDEIROS ALBUQUERQUE:** Boa tarde, eu sou tesoureiro da associação do Museu Júlio de Castilhos. Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas porque o presidente não pôde comparecer, e a diretora do museu do pôde comparecer porque ela teve uma pessoa que faleceu, está ausente em Porto Alegre nesse momento e pede desculpas por não ter podido vir. Eu quero trazer algumas coisas importantes a respeito de toda essa discussão. Quando se teve a notícia de que havia um projeto para construir um prédio de quase 100 metros de altura ao lado do museu, começou uma discussão, porque um prédio de 100 metros de altura ao lado do museu traz uma série de problemas para o museu. Além de ser um prédio histórico, só o fato de se iniciarem as fundações para fazer um prédio 100 metros de altura, já coloca em risco o próprio prédio, que é histórico. A partir daí, a gente desenvolveu a ideia de propor uma ação civil pública, e essa ação civil pública foi proposta para que se suspendesse a tramitação desse projeto que o secretário diz que não está aprovado, e de fato não está. Isso é importante agora o que eu vou dizer: proposta a ação, a magistrada da Vara da Fazenda Pública intimou a Prefeitura e os réus para que se manifestassem sobre o pedido da liminar, e ainda nós fomos surpreendidos pela informação da própria Prefeitura, de que, na verdade, na verdade, já existe um projeto aprovado e licenciado para construir ao lado do museu, inclusive um prédio maior – inclusive maior. E esse projeto que está em

andamento, na verdade é uma alteração do projeto que já está aprovado e licenciado. Isso nos obrigou, numa conversa com o presidente, a propor uma segunda ação civil pública, porque mesmo que a gente ganhe a ação, as partes vão dizer assim: “Está bom, então eu vou construir o projeto que já está aprovado.” Então nós tivemos que propor uma outra ação civil pública, e essas duas ações civis que estavam na justiça estadual, agora estão na justiça federal, porque o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, também chamado, intimado pela juíza, manifestou interesse de participar da ação, e em razão disso, sempre que uma entidade federal participa como autora ou ré, desloca a competência para a justiça federal. Então, por enquanto, estamos aguardando uma decisão da justiça federal. Eu quero deixar claro que o Ministério Público, nas duas ações em que se manifestou, foi favorável a que seja concedida a liminar e ainda levantou uma outra questão, que é uma questão de impacto ambiental, e fez a remessa de cópia dos autos para o Ministério Público, que cuida dessa área ambiental. Aqui nós temos um problema sério em relação à legalidade, porque qualquer obra em torno de prédios históricos é protegida por um decreto-lei de 1937, e esse decreto-lei de 1937 determina que sempre que houver um projeto, ele precisa da concordância prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Essa prévia autorização não existe, nunca existiu, inclusive o IPHAN já fez essa referência também nos autos. Então, o projeto aprovado e licenciado jamais poderia ter sido aprovado e licenciado, porque falta esta condição prévia. Vou mais longe, existe uma portaria da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul que determina que no entorno dos prédios, no caso do prédio ali do Museu Júlio de Castilhos, não podem ter prédios mais altos do que 45 metros de altura. Essa portaria também está desrespeitada. Então, eu fico, assim, estarecido de que um órgão público, que sabe que existe um decreto-lei protegendo o prédio público e sabe que existe uma portaria estadual que impede uma construção, tenha aprovado e licenciado uma construção de 100 metros de altura, ao lado do Museu Júlio; gente, ninguém vai me dizer que eles não sabiam. Nossa, isso é elementar. Eu tenho outras considerações que aqui, por enquanto, não vou fazer, mas é

evidente que aqui houve um favorecimento, em desrespeito à lei. E mesmo que não houvesse uma legislação, gente, qualquer um em qualquer lugar que tenha uma casa, uma casa, e vão construir um prédio de 50 andares ali ao do lado, evidente que esta casa está prejudicada. Então, não pode haver dúvidas de que isso tem que mudar. É verdade que mesmo que... Aí a gente não pode fazer nada. A autorização é para 45 metros. Existe um entendimento do museu que qualquer obra que se que seja mais alta do que o museu vai prejudicar; está bem, mas só que até 45 metros nós vamos nos render à legislação; mesmo assim, esta obra precisará oferecer em troca medidas que minimizem os efeitos desta construção em relação ao museu, porque a umidade, existe umidade, existem gases da circulação de veículos, uma série de outras implicações; então, independentemente de qualquer situação, vamos encontrar a obrigação de medidas mitigatórias, em qualquer situação, vou deixar claro que ninguém é contra que se construa prédios, ninguém é contra, mas é que a história... A gente precisa aprender a conservar a nossa história. Eu vou fazer um exemplo rapidinho aqui com vocês. A maioria das pessoas aqui tem mais de 50 anos; então, vocês cresceram, se mudaram da casa onde cresceram, e quando vocês passam naquela casa onde vocês cresceram, vocês dizem "Olha, foi ali que eu cresci." Quando vocês passam, e aquela casa não está mais ali, parece que foi um pedacinho de vocês que foi embora. Nossa eu cresci aqui, e essa casa não está mais, foi-se embora; quer dizer, o que foi embora foi um pedaço da história de vocês. Está bom, isso faz parte da vida também, mas eu quero dizer como é importante a gente preservar a história; existe um livro chamado Polônia, que conta a história da Polônia em três momentos diferentes, um desses momentos é a 2ª Guerra Mundial. No final da 2ª Guerra, no campo de concentração, uma pessoa já com idade, perto de morrer dadas as condições, ele dizia assim: "Mais do que tudo, nós aprendemos que o homem vive em qualquer condição." Então, a primeira coisa de que nós precisamos é preservar nossos prédios históricos, porque são eles que inspiram o civismo. Quando a gente olha para eles, a gente olha a história. Eu digo: "Nossa, eu fiz parte disso aqui." E eu não vejo isso na Prefeitura, no lugar em que Porto Alegre nasceu. Não é por nada que se chama

Centro Histórico. A gente anda ali e as decisões mais importantes foram tomadas ali. Então, eu queria trazer esse breve relato para vocês e dizer que não é verdade que o projeto está sendo examinado; o que está sendo examinada é uma alteração do projeto que já está aprovado e licenciado. Essa informação foi trazida pela própria Prefeitura e consta nos autos da primeira ação civil pública que nós ajuizamos. Eu acho que já fiz um relato, espero que tenha sido sucinto e me ponho à disposição para qualquer esclarecimento. Muito obrigado a todos.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Sr. Antônio Augusto. Mais alguém se inscreve?

**SRA. ANA MARIA ENGERS LENZ:** Boa tarde a todos, eu discordo um pouco do meu amigo Antônio no parecer. Nós estamos trabalhando juntos com os amigos do museu Associação Comunitária do Centro Histórico, só que eu discordo do seguinte: não teríamos razão de estar batalhando ainda se realmente não fôssemos acreditados, porque o que o senhor secretário diz é que ele tem que respeitar a comunidade, as associações, os moradores e não está acontecendo isso. Ele tem que nos ouvir. Ele está dizendo que não foi aprovado, pois então nós vamos nos ater a essas palavras do secretário Bremm e pedir, hoje, nesta audiência, pela segunda vez estamos solicitando a mesma coisa, estamos lutando junto com os amigos do museu e nós não conhecíamos... Vou voltar atrás, nós queremos então que o secretário Bremm marque um encontro com a comunidade e venha ele próprio nos dizer que não está aprovado esse projeto. Então, por favor, que conste essa nossa solicitação da Associação Comunitária do Centro Histórico para que o secretário Bremm venha nos dar essa resposta, porque nós começamos a luta empiricamente. Nós, para proteger as nossas moradas, as dos vizinhos que não teriam a vista aqui, não teriam a vista ali... Bom, enfim, na audiência pública que tivemos na assembleia, foi assustador o conhecimento que obtivemos dos técnicos, dos arquitetos, do Rafael do IPHAN, da senhora que estava lá do EPAHC. As pessoas que têm conhecimento técnico nos deixaram com uma preocupação maior ainda, maior

com o que poderá acontecer, porque nós estávamos conhecendo o projeto mais empiricamente, mas agora a realidade é bem diferente. Nós precisamos continuar lutando para que isso não aconteça. Primeiro, vai descaracterizar completamente o Centro Histórico; não existe a possibilidade de que existam duas torres de 41 andares moderníssimas. Muito bem. Como disse o Antônio do museu, não somos contra que seja construído um prédio dentro das características – me parece que o museu diz que pode ser de até 15 andares, no máximo –, não somos contra essa construção, mas queremos que o secretário, a Prefeitura em si, nos dê chances para que haja mudança nesse projeto o quanto antes e que seja de acordo com a legislação vigente, que é muito antiga, sobre o museu e sobre o Centro Histórico. Eu acho que não preciso me delongar, porque nós precisamos ouvir as pessoas que têm conhecimento técnico, e o meu é conhecimento empírico, conhecimento de moradora. E continuo insistindo que precisamos nos resguardar e ter segurança, porque é isto que vai acontecer: poluição sonora, poluição de gases, enfim. Vai aumentar toda a parte, a nossa Rua Duque vai ter uma transformação muito grande e vai sofrer muito. Em vez de ter benefícios, vai ter prejuízos. Obrigada a todos por terem me escutado. Essa é uma solicitação que eu faço enfaticamente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Dona Ana Maria. O senhor quer falar agora ou mais para o final? (Pausa.) O nosso ex-prefeito Raul Pont está com a palavra.

**SR. RAUL PONT:** Ver. Mauro, cumprimento também os demais vereadores, as pessoas que participam da audiência pública. Eu só quero agregar alguns elementos, na medida em que fui público, fui prefeito desta cidade, e, além disso, isso coincidiu exatamente com o ano em que nós mandamos para a Câmara o Plano Diretor, e, depois de uma longa discussão na Câmara, a Câmara aprovou, em 1999, e esse Plano Diretor não foi revogado até hoje, não foi modificado. Há um debate sobre outro; inclusive, quero registrar aqui que as matérias que eu tenho lido sobre esse debate estão demonstrando até um desconhecimento

enorme do que era o plano que está em vigor. Outro dia, eu assisti um debate, em que estava esse secretário falando como se aqui fosse um vazio, uma terra arrasada. Ora, o Plano Diretor tem regras, normas que já foram excepcionalizadas em alguns casos pelo Conselho Municipal, mas, como disse o Ver. Jonas, um conselho que está contestado na Justiça. E aí eu espero que a Câmara, como fiscalizadora, considerando que um dos principais papéis da Câmara é a fiscalização, é o acompanhamento desse processo... Como, em que condições que um conselho, com a importância que tem o Plano Diretor, está *sub judice*, e não só daqui para a frente, está *sub judice* nas decisões anteriores, porque foi renovado sem eleição, sem escolha, sem o método que deveria ter sido feito. Então eu acho que aí reside um problema muito sério, e a Câmara tem que se apropriar disso. Eu acompanhei na imprensa, acho que todos aqui acompanharam, que já ocorreram alguns casos de excepcionalidade. Eu me lembro que, quando foi aprovado o projeto do Praia de Belas, o limite da área construída já estava esgotado. Como é que surgiu aquela torre depois? Eu imagino que só pode ter sido por excepcionalidade, por abrir uma exceção ou justificar, porque não tinha a possibilidade mais, já estava a área ocupada, o limite máximo do empreendedor. Esses números também são uma questão aritmética; se o prédio vai ter 41 ou 42 andares no primeiro ou no segundo projeto, cada andar tem 3 metros, então, no mínimo, não são 80 metros de altura, são 120 metros. Ou esse projeto vai ter apartamento de 2,5 metros ou de 2 metros de altura no pé direito? Quer dizer... Então os números são de um processo de desrespeito à legislação. Eu acho que tem problemas, claro. Vinte anos depois do último plano, é importantíssimo que a Câmara, que o Poder Executivo ponha em debate de novo o Plano Diretor. Mas as críticas que eu tenho ouvido sobre o Plano Diretor anterior, a começar pelo processo democrático... Quer dizer, está garantida, na lei do Plano Diretor, a representação das regiões de planejamento da cidade, que não é o prefeito que indica, são as pessoas que participam, a cidadania que participa. São oito regiões, são 16 representantes; 16 representantes no conselho que são eleitos por região. Era assim que funcionava o plano, além dos outros componentes,

que são entidades, instituições, como o IPHAN, ou outros, que indicam as suas representações. Mas nós temos uma representação direta, eleita pelos próprios participantes, pelos moradores. Então eu participei da outra audiência, motivado pelas matérias que vi em jornal. E, realmente, quer dizer, a projeção feita, na matéria que está no jornal, do prédio ao lado do espaço do Museu Júlio de Castilhos é um contrassenso. Como é possível que um museu... Seria, digamos, a mesma coisa de a Prefeitura criar uma excepcionalidade e autorizar, ao lado do Theatro São Pedro, um prédio de 40 andares, ou ao lado da Casa Civil, ou do palácio do governo, que fica a 50 metros do museu. Não é assim, não pode ser assim.

Há um espaço de respaldo do patrimônio histórico e cultural de qualquer cidade. As cidades que não fazem isso deixam de existir como cidades. Eu seguidamente dou o exemplo de algumas cidades do interior – e aqui não há nenhum demérito; não sei quem é que fez, nem como é que se autorizou. Compare, por exemplo, o que aconteceu em Garibaldi e Farroupilha. Farroupilha ficou uma cidade completamente sem história, sem vida cultural, enquanto que, em Garibaldi, eles mantiveram todo o centro comercial, mantiveram casas da origem italiana, da origem dos primeiros comércios, das primeiras atividades. Esse patrimônio cultural para um povo, para uma cidade, é um negócio... Por exemplo, aquele nosso quadrilátero da Praça da Alfândega, ou a recuperação que foi feita com o projeto Monumenta, ligando o porto, ligando a origem da cidade, se você muda aquilo ali, deixou de existir aquilo que singulariza a cidade, aquilo que singulariza o município – as nossas raízes estão ali.

Então, eu achei um absurdo quando vi na imprensa o tamanho do projeto, que é contraditório, porque um diz que está aprovado, o outro que não está aprovado. O secretário não vem nas reuniões, não veio nesta, não veio na da Assembleia Legislativa, e é um mistério. Eu acho que a Câmara tem a responsabilidade de levantar esse mistério, de cobrar isso. Não é possível que as coisas públicas sejam tratadas desse jeito, como um fato consumado.

Então, a minha preocupação por ter participado é nesse sentido, porque certamente tem coisas que têm que ser revistas no atual, mas os argumentos

que eu ouvi de que ainda tem problema com o 4º Distrito... Pelo amor de Deus, não tem problema; o 4º Distrito não tem investimentos ou continua sendo uma área em que as pessoas não querem arriscar. Agora mesmo está dando enchente em vários pontos da cidade, e não se sabe bem se é porque as casas de bomba não estão funcionando, porque não está nem chovendo, e a água está brotando dos condutos. Então, pode ser que seja um problema muito simples, de fácil solução, mas a abertura que se cobrava em relação ao Plano Diretor anterior, de 1979, foi superada. Não há nenhum empecilho para construções, para obras no 4º Distrito. A concepção do plano de estabelecer, nas perimetrais, áreas de contenção, de diminuição da mobilidade; aumentar a oferta de comércio, serviços nas grandes perimetrais da cidade... Quer dizer, Porto Alegre tem todo o eixo da Ipiranga, todo o eixo das perimetrais; ali tem inclusive facilidades pela largura, pelo tamanho da via, pela condição como foi feita de você excepcionalizar um projeto, de elevar um pouco a altura, compensando isso com aquilo que o vereador colocava. Nós não podemos repetir as muralhas de quando não tinha Plano Diretor, ou quando o Plano Diretor, antes de 1979, permitia você colar um edifício no outro. Isso felizmente acabou sendo proibido. A lei determina recuos, determina insolação, a aeração dos prédios; isso é civilizatório. Na maquete que foi reproduzida na imprensa, desaparece o museu...

(Manifestação fora do microfone.)

**SR. RAUL PONT:** E os vizinhos vão pagar o preço do sombreamento. Quais são as instalações que têm na Duque, hoje, de saneamento básico... Usando, a gente sabe que é uma das piores vias no final de tarde; porque são vias estreitas, são vias que não foram feitas para serem de grande mobilidade.

Termino minha fala, inclusive chamando atenção, e falei isso lá na Assembleia. Quer dizer, no último Censo, os senhores devem ter acompanhado, mostra que há uma ociosidade de domicílios em Porto Alegre que é assustador. Mais de 100 mil, diz o Censo! Se o senso está certo, nós temos 100 mil domicílios

desocupados em Porto Alegre! Isso supriria completamente a carência de habitação da cidade.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Jonas Reis.)

**SR. RAUL PONT:** Então, esses problemas eu acho que são tão significativos com o Plano Diretor, para que a cidade repense, ou a Câmara ou a Prefeitura tomar iniciativa no sentido de criar políticas de compra, de financiamento, de um mercado especial estimulado para ocupar espaços onde já tem serviços públicos. Isso são coisas necessárias, corretas. Agora você fazer um negócio desse tamanho, para ficar mais apartamento ocioso, fazendo reserva de valor em investimento financeiro, que é o que está sendo marcado em grandes capitais e etc. Uma febre de fazer quase uma bolha especulativa, que não está de acordo com a necessidade da cidade, inclusive, o que eu acho que é outro elemento que teria que ser apreciado pelos vereadores aqui. Obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Raul Pont. O Sr. Rafael Passos, representando o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, está com a palavra.

**SR. RAFAEL PASSOS:** Cumprimentar os vereadores, as associações, ex-prefeito Raul Pont, colegas, a quem eu cumprimento porque coube a vocês trazer informações que talvez, e aí eu falo como um superintendente de um órgão de patrimônio, que muitas vezes resta aos órgãos de patrimônio responder pelas decisões de outros setores que, muitas vezes, se atropelam às decisões dos órgãos de patrimônio.

Bom, por que que o IPHAN está aqui? Assim como estive na Assembleia Legislativa. Num primeiro momento, porque o acervo do Museu Júlio de Castilhos foi um dos primeiros objetos de tombamento federal no estado do Rio Grande do Sul. Foi criado em 1937, logo em 1938 com o primeiro representante do IPHAN, no Rio Grande do Sul, se começa a listar uma série de objetos que

seriam dignos do tombamento federal. Um deles, então em 16 de maio de 38, é justamente o acervo e não o edifício do Museu Júlio de Castilhos. Acervo esse que já na época continha uma série de objetos da imaginária, entre outros objetos, de cerâmica Guarani, imaginária também Jesuítico Guarani, das missões Jesuítico Guaranis, que aliás, abra-se um parêntese, esse ano celebramos 40 anos da declaração de São Miguel das Missões como patrimônio da humanidade. Ou seja, a gente está falando de um acervo que compõe este acervo, este em si, só para não restar confusão, que no entendimento não haja confusão, parte desse acervo é patrimônio federal, mas ele compõe, está lá dentro, ele faz referência a esse patrimônio da humanidade que é São Miguel das Missões. Em 1982 há o tombamento da edificação, aí sim em nível estadual pelo IPHAE; em 2003 tem o tombamento federal da Praça da Matriz e da Praça da Alfândega em 2002, portanto, a Portaria nº 035 do IFAI Sedac estabelece os 45 metros que ainda é vigente. E até 2000, pelo menos 2008, eu acredito que é a da Portaria de 2010 do Iphan, é que alterou isso, mas pelo menos 2008 foi tramitado dois processos pedindo autorização ao Iphan para aprovação de um projeto nesta área em questão. Depois não tramitou mais nenhum também porque a Portaria foi retificada, então hoje o museu não compõe mais a área de entorno do Iphan da Praça da Matriz. O entendimento que levo a crer é que a gente tem um princípio que é o da gestão compartilhada do patrimônio que, quando se tem um patrimônio tombado em um nível e ele não é tombado no outro, a gente procura seguir, já que havia uma Portaria do IFAI, não caberia ao Iphan mais manter um regramento que se sobrepõe. Ou seja, o Iphan de alguma maneira delega e reconhece a Portaria do IFAI como uma Portaria que atende a proteção do entorno, mesmo que não esteja na área de entorno. Acho que é importante esse histórico para gente, então, chegar ao momento atual. Depois eu gostaria também de fazer algumas considerações como urbanista que sou. Nós chegamos aqui e fomos incitados pela Justiça estadual a partir de uma manifestação do Ministério Público, um questionamento que chegou no último mês, nas últimas semanas, e respondemos as seguintes perguntas à juíza: se tramitou de 2021 para cá algum processo no Iphan e se havia interesse do Iphan

ingressar na ação. Nós respondemos a primeira como negativa, não houve, pelo motivo que eu expus agora, mais projeto tramitando lá; e a segunda nós afirmamos positivamente nosso interesse em ingressar na ação, obviamente fiz uma consulta à nossa procuradoria entendendo que, apesar de não estar na área de entorno, o Iphan tem competência para, inclusive, em último grau – esperamos que não precise chegar a isso, porque nós temos a Portaria do IFAI –, impor condicionantes. Bom, mas aí nós vamos a um debate do por que estamos aqui hoje discutindo um edifício acima de 45 metros, se existe uma Portaria do IFAI, e se o plano diretor de 1999 e suas alterações até 2021 mantinha o regramento do IFAI como o seu gabarito. Duas questões, primeira, a lei de 2010 que estabelecia que qualquer edifício com fundação iniciada até 1979, garantia o regramento anterior a 1979 para continuação das construções, entre eles, este. Depois, em 2013, a lei, com algumas alterações, foi aprovada pela Câmara Municipal. Foi uma nova lei com, mais ou menos, o mesmo objetivo e é essa lei que ainda vige e que abriga, de alguma maneira, o processo administrativo de aprovação desse projeto, seja o projeto aprovado. Mas também – e aí eu quero fazer um parêntese aqui – recomendar esta Câmara Municipal que visite, busque um técnico, faça uma pesquisa e busque a transparência, entender e buscar um processo e um documento do processo SEI no SEI da Prefeitura, tentar acessar um documento SEI para ver a planta desse projeto. Tente, por exemplo, o SEI do Iphan, a transparência e a obscuridade estão lado a lado, do Iphan se consegue abrir a não ser que a gente coloque uma chavezinha justificando ou pela lei de proteção de dados ou etc. Qualquer documento deve estar cem por cento aberto, ou seja, se vocês, como acesso externo, acessarem o SEI o Iphan, vão abrir qualquer planta. Se esse processo entrar lá, vocês vão ter acesso a todas as plantas dele. No processo do Município, a transparência não me parece ser uma norma do Executivo, então não me estranha de forma nenhuma a resposta do secretário de não querer estar presente aqui e esclarecer sobre aquilo que, pelo amor de Deus, vai aguardar o fato feito para responder à sociedade? Ou ele vai fazer o debate? Sobretudo, porque, além dessas leis de 2010 e 2013, nós temos a lei de 2021, e essa lei de

2021, que é a Lei Complementar nº 930, estabelece a retirada da lei os índices máximos, o regime volumétrico máximo para o Centro de Porto Alegre. Ela atribui essencialmente ao Executivo, com toda sua discricionariedade, sem que passe por um conselho qualquer o índice máximo e o regime volumétrico máximo no Centro de Porto Alegre. E é por isso que estamos aqui hoje. Esse é um dos projetos entre muitos que virão se a coisa continuar assim, porque nós temos... E aí vejam a primeira irregularidade que eu apontaria e estou apontando, porque isso fará parte de um relatório que vou entregar à nossa Procuradoria e, assim que for solicitado, no juízo federal, dizendo que nos preocupa uma série de fatores nesse processo assim como na legislação municipal. O primeiro deles, e nos preocupa, porque trata do Centro Histórico e é onde nós temos todos os bens tombados em nível federal em Porto Alegre. Não há em outro lugar de Porto Alegre um bem tombado em nível federal, a não ser patrimônio arqueológico, e eu falo do patrimônio material. Então, essa lei diz que deverão ser regrados por decreto os regimes por quarteirão ou por conjunto de quarteirão. Até agora, não vi publicado. Portanto, se foram publicados, não foram devidamente publicizados os regimes por quarteirão, os decretos que estabelecerão os regimes por quarteirão. Entendo que é uma premissa para autorizar os decretos a existirem. Não se pode aprovar sem a devida regulamentação. Então, já é o primeiro ponto que eu destacaria, inclusive, porque estou aqui na Câmara e acho que é importante que a Câmara se atente às questões do ponto de vista de como tramita na municipalidade. Segundo ponto: esse processo já começa, não tem o decreto, e aí, bom, nós chegamos aos 45 metros e passaram os 45 metros. Até então estaria abrigado pela Lei nº 2.013. No processo, no pouco que eu pude acessar, a gente vê que há um pedido novo e é depois daquela aprovação, aliás, parênteses, atente-se a Câmara Municipal também aos prazos previstos na Lei nº 2.013. Ela não é uma lei que está valendo para sempre, o empreendedor tinha prazos para tramitar e aprovar o projeto. Tramitar o projeto e não necessariamente aprová-lo, mas fazê-lo tramitar para que ele... senão ele perde aquele direito de usar aquele índice anterior. Ainda que assim fosse, quer dizer, não há direito adquirido em urbanismo. Jurisprudência as mil do STJ, inclusive

diz assim: não há direito adquirido. Portanto, se uma lei ou uma mesma portaria que é abrangida na lei de tombamento, se a portaria do IPHAE diz que o máximo são 45 metros mesmo sendo posterior àquele regime lá, ela é anterior à aprovação que está o processo em análise, então, ela precisa ser observada. Para não me estender muito, eu gostaria de colocar algumas questões: talvez nós não estivéssemos aqui se outras alterações em nível infralegal não tivessem sido observadas, não tivessem sido implantadas, desculpa, em nível de decretos, de portarias e instruções normativas. Até alguns anos atrás, o processo administrativo na Prefeitura exigia apresentação da autorização prévia ou do IPHAE ou do IPHAN ou de outros órgãos externos à Prefeitura Municipal, para que a Prefeitura pudesse analisar e emitir autorização e a licença, porque, ao fim e ao cabo, nesses casos, a licença definitiva para iniciar é municipal. Então, como é que se dá uma licença municipal e depois: bom, agora veja lá com o IPHAE. Ou nem veja, como parece que já foi respondido ao governo do Estado algo que, pelo menos, é uma informação que eu acho que deveria ser... se foi, de fato, o Estado informado pela Prefeitura Municipal que eles entendem que não tem que passar pelo IPHAE. Então, essas questões podem gerar insegurança, podem gerar insegurança jurídica, insegurança à população. Outra questão ainda quanto à Lei nº 930 que acende um alerta para o IPHAN, porque os decretos não existem, mas esses decretos de regulamentação observariam algumas condições, inclusive um dos objetivos específicos da lei de 2021, no seu art. 2º, inc. VI diz assim: garantir e promover a preservação, a valorização e a requalificação do patrimônio cultural, garantindo, observando a singularidade do Centro Histórico rico em monumentos, espaços, edificações de grande importância histórica. Aí, lá no art. 10º, quando diz que os padrões serão definidos por decreto, no inc. II, são dois incisos se eu não me engano nessa lei, e o inc. II desse art. 10 diz que deverão ser considerados marcos e bacias visuais. E esses marcos e bacias visuais são estabelecidos em áreas que possuem interface com elementos integrantes do patrimônio histórico do Lago Guaíba em relação a *skyline* da cidade. Quer dizer, se justamente num dos pontos mais emblemáticos que nós temos no Centro Histórico e, num dos

primeiros projetos, nós já estamos frente a um problema desse, então, eu diria que, do ponto de vista do IPHAN, acende-se um alerta. Por que acende esse alerta? Porque hoje nós temos uma área de entorno, uma área de tombamento e uma área de entorno do Centro Histórico e talvez nós tenhamos que rever esta portaria e começar a pensar em uma outra camada de proteção que diz respeito à paisagem do Centro de Porto Alegre. Não só a paisagem cultural, mas a paisagem no Centro de Porto Alegre porque é disso, em última análise, que estamos tratando aqui, é a paisagem. É claro que nós vamos ter os problemas durante a instalação ou durante a operação, de fuligem, etc., como já foi apontado, e pena que a Dóris hoje, infelizmente, não pode estar aqui porque ela faz uma fala brilhante sobre essa preocupação, mas eu diria que nós temos a obrigação sobre o acervo, mas também sobre o todo desse conjunto histórico que nós temos a obrigação de proteger no Centro de Porto Alegre, e esse edifício, não só por ele, em si, mas ele nos acende um alerta.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Sra. Débora Regina Magalhães da Costa está com a palavra.

**SRA. DÉBORA REGINA MAGALHÃES DA COSTA:** Bom, por nós, na Epahc, na Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, passam os projetos; a gente aprova ou não os projetos que têm a ver com a preservação. Nós temos três formas de preservação, a gente trabalha com três formas de preservação: as áreas especiais, os bens tombados e o inventário do patrimônio cultural do Município. Com relação ao inventário, a gente tem a Lei nº 12.585/19 que regulamenta a questão do inventário. O inventário, aqui em Porto Alegre, tem duas classificações, o de estruturação, que é o bem a preservar, e o de compatibilização, que é, normalmente, o entorno imediato. Então o lote do lado ou a edificação do lado do bem a preservar se chama compatibilização, ele não tem valor nenhum, mas a nova coisa a ser construída ali tem que ser compatível ou estar em harmonia com esse bem a preservar. No caso dessa Lei nº 12.585 de 2019, ela foi modificada pela Lei nº 13.288/22 e aqui ele define o conceito de

estruturação e de compatibilização e, quando ela foi modificada, foi modificado também o conceito de compatibilização. Então diz que o de compatibilização é a edificação que expressa a relação significativa com a desestruturação e seu entorno, sem gerar qualquer gravame ou ônus administrativo sobre a propriedade urbana. Redação da nova lei. E o inciso III diz o seguinte sobre compatibilização: no âmbito do processo de licenciamento urbanístico e edilício o projeto arquitetônico que proponha a alteração ou a demolição da edificação de compatibilização será submetido somente ao órgão urbanístico, sem necessidade de Estudo de Viabilidade Urbanística, o EVU. Então o que eu quero dizer com isso? Embora o prédio do Museu Júlio seja tombado pelo Estado, ele também é classificado no Município como de estruturação, um bem a preservar. O lote do lado é classificado de compatibilização, ele passaria pela Epahc, mas ele não passa mais devido à nova redação da lei. Então é isso.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Sra. Ronice, da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, está com a palavra.

**SRA. RONICE GIACOMET BORGES:** Boa tarde a todos, agradecendo aqui aos vereadores, estou na condição de representante do secretário Henry, que não pôde vir, ele gostaria de estar presente nesse debate, porque é um debate que há muito tempo a Secretaria deveria participar, de uma forma também mais intensa. Até as brilhantes colocações do ex-prefeito Raul Pont com relação a esse procedimento todo, de participação dos órgãos dentro das secretarias. Então, essas discussões da cidade são bem amplas, quando a gente acompanha questões que são mais urbanísticas e tudo, a gente deveria também ter um entendimento maior, por exemplo, porque a Secretaria da Cultura não participa do Conselho do Plano Diretor. E teve, agora, esse procedimento, nós tentamos, com os técnicos, participar de todo procedimento lá de análise e colocamos algumas coisas com relação – até o próprio secretário – às coisas que a gente deveria ter de alterações.

Mas eu gostaria de fazer um pouco de recorte sobre essa questão do patrimônio ali para nós, dentro da Diretoria de Patrimônio e Memória, até lembrando as palavras que foram ditas aqui pela presidente da associação com relação a essa questão da memória da cidade. Então, a gente tem feito ações ali dentro da Diretoria de Patrimônio e Memória, em conjunto ali a Praça da Matriz, muitas vezes junto com IPHAN, que o Rafael colocou muito bem toda essa questão dos órgãos envolvidos, e a gente tem um respeito grande por quem está acima de nós. Então, sempre tentando entender o Centro da cidade, que ele tem uma qualificação, tem um reconhecimento, e tudo isso deveria também, muitas vezes, talvez, até de recortes volumétricos ali, como o Rafael colocou, de talvez trabalhar alguma coisa de quarteirão. Foi muito discutido, esses dias teve uma palestra também do próprio... Veio um arquiteto, não me recordo o nome agora, mas a gente está discutindo um pouco a cidade, sobre as alterações que estão acontecendo. Os arquitetos sempre se apoderam disso e sempre se debate muito: qual é a cidade essa que vai ser do futuro? O que Porto Alegre vai ser? Então, quando há essas discussões, a gente tenta sempre manter esse equilíbrio, junto com os órgãos, até acho que o IPHAE poderia estar presente, não entendi: vocês não convocaram o IPHAE? Foi. É porque temos essas discussões acaloradas com IPHAE também. Então é isso que eu acho desse entendimento. A Débora colocou a questão da legislação, que, para nós, caracteriza como um impedimento, concordando ou não, mas é uma questão de legislação que foi aprovada. E acho ainda, fora isso, que a gente poderia ter essas leituras diferentes de um local que é tão importante ali, e ter a participação do IPHAN, que o Rafael colocou muito, que eu acho que poderia ser bem interessante para a gente poder ampliar essa discussão, mesmo que não estivesse antes. A gente tem várias portarias aqui do Centro mesmo de Porto Alegre, a gente parte para essas discussões. Eu acho que tem leituras que a gente tem que fazer da cidade, e tentar equalizar tudo isso. Nós ali, dentro da Diretoria de Patrimônio e Memória, tentamos, cada vez mais, ampliar um pouco mais essa questão da gestão do patrimônio que a gente tem em Porto Alegre, divulgando-o, fazendo um reconhecimento maior, para gente poder fazer essas,

pelo menos, que as pessoas... Porque hoje todo mundo discute muito também a qualidade de vida que está sendo gerada dentro da cidade. Então, eu acho que Porto Alegre está sofrendo muitas alterações, a gente tem visto que a população diminuiu, uma série de coisas, e isso tudo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. RONICE GIACOMET BORGES:** É. O patrimônio é importante justamente por isso, a gente tendo esses reconhecimentos se conseguir, pelo menos, fazer uma divulgação maior. É isso que eu acho que, talvez, a gente possa buscar. Então, a secretaria tem tentado, através dessas divulgações, muitas vezes são bem tímidas, porque o nosso corpo técnico também está imbuído com várias outras tarefas, mas é isso que eu gostaria de colocar para vocês.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Ronice. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Então, gente, mais uma vez, boa tarde a todos e todas, foi muito ilustrativas as informações que vocês trouxeram e as impressões sobre o processo. O que me preocupa muito não só a questão do patrimônio, não somente a questão da história, mas também um adensamento do Centro sem o devido acompanhamento dos aparelhos que nós precisamos. Por exemplo: quais são os espaços novos para as juventudes? Esta comissão é de juventude também. Não tem, não tem criação de novos espaços, por exemplo. Praça, não tem. Onde vai fazer praça na região? Não tem. Aparelhos de cultura novos? Onde? Quais, se nós temos espaços que estão fechados nessa zona central? Saúde – nós temos o Santa Marta, que é o único posto e atende uma legião de pessoas de outras regiões. Poderia parar aí, mas não vamos. Vamos avançar na educação, esta é a Comissão de Educação. Nós vamos construir um prédio ali e cadê as vagas, por exemplo, de educação infantil da região central? Não tem. Fecharam, há alguns anos, a Escola Rio Grande do

Sul, que poderia ser educação infantil. A EMEI Pica-Pau Amarelo tem poucas turmas e está tendo que utilizar, de forma emprestada – obrigado ao Estado –, a Escola Paula Soares, que emprestou uma parte do seu prédio. Nós não podemos liberar empreendimentos... E aqui me refiro ao secretário Germano Bremm, porque eu fico indignado quero repetir indignado que ele não está aqui; ele desrespeita esta comissão, desrespeita esta Câmara de Vereadores periodicamente, ele quer decidir o que ele vai fazer. Eu quero que ele vá explicar para nós cada empreendimento que ele faz, o problema que ele cria para as demais secretarias do governo. Como é que vai fazer mais saúde, mais educação, mais cultura num espaço que já está adensado, que está no limite? O ex-prefeito Raul falou: as vias são estreitas. Como que circula no final do dia? Vocês acham mesmo que é qualidade de vida a pessoa ficar uma hora trancada no trânsito? Vocês acham que é qualidade de vida pegar ônibus lotado, que é o que acontece na zona central? Nós precisamos pensar uma cidade para todas e todos, não é para quem tem dinheiro, empreende e vende. E agora eles vendem, eles tão vendendo uns apartamentos que eu não sei o que é que é isso, eu queria até saber, nós vamos passar a fala para vocês, de repente o Felisberto sabe me explicar, que acompanha lá no conselho; tu compras um apartamento e ele já vem alugado. Eles dizem que tu compras um apartamento, e aí vai estar alugado o apartamento, tu vais ganhar renda. Eles estão pegando dinheiro dos investidores, eles estão fazendo empreendimentos como se fossem investidores. A matéria saiu agora há pouco tempo, gente, não fazem 30 dias: cresceu em 50% o número de espaços ociosos no Centro Histórico. E aí é moradia e também são salas comerciais, espaços comerciais. Eu convido vocês, os vereadores conhecem porque circulam lá também, na Rua dos Andradas, gente, é um aberto, um para alugar; um aberto, um para alugar. É assim que está a Rua dos Andradas. Se a Andradas, que era uma via que era um formigueiro, prefeito Raul Pont, era formigueiro, uma quantidade de pessoas circulando, economias, não tem mais! As coisas vão mudando. E aí, o que é que a gente vai fazer? Mais um empreendimento numa zona que as pessoas não conseguem alugar; quem tem apartamento não consegue alugar; quem tem sala

não consegue vender. E nós vamos adensar ficticiamente? Como é isso? Expliquem-me um pouco isso. Inclusive o aluguel na zona central – nessa mesma matéria – sofreu uma pressão, oferta e procura; logicamente, reduziu. Então, não adianta, eu acho bonito o que está sendo feito lá, as ruas recebendo pavimentação, revitalização, mas qual é a participação da população nisso? As pessoas têm que ser chamadas a participar. Democracia não é eleger vereador, eleger prefeito e entregar por quatro anos. Isso deseduca a população; ela se afasta da política. A política deve ser feita pelas pessoas, pelos conselhos, pela participação permanente. A gente não pode acreditar que democracia é cansativa. Nós temos que ter, cada vez mais, comissões, debates. Este debate aqui, para nós, é importante. Senão não tem motivo de nós, vereadores, estarmos aqui; se a gente não tem a sessão plenária, se a gente não tem a comissão para ouvir vocês, para entender, não tem motivo! Eu não sei o que é que o secretário Germano faz, que ele quer atropelar os conselhos da cidade, atropelar a legislação. Eu quero repetir, e espero que chegue nele, espero que chegue nele: ele é um gestor fracassado, porque é um gestor que não conversa com a cidade, ele conversa só com alto empresariado. Isso é o fracasso da gestão. Uma gestão pública só existe por causa do público, da população. Então não há condição de existir. Se alguém quer ser secretário, quer ser vereador e não quer conversar com a população, não quer debater os temas, não tem por que estar no público. Tu vais para um setor em que tu vais te fechar; tu vais para outro lugar. Há vários outros lugares para tu trabalhares. Agora, serviço público é conversar com as populações, é dialogar com as comunidades, é ver os problemas, é ouvir. Eu fico, assim, escandalizado que a associação de moradores não participe das liberações dos empreendimentos porque a secretaria não convida. Mas o que é isso, gente? Que desrespeito é esse com as pessoas que moram ali? Elas fazem parte da história; e aí falou-se em história, vários de vocês, história não é algo parado, a história acontece todos os dias. Se a gente revive a história do passado, inclusive a gente evita erros que a humanidade cometeu. Então, esquecer a história é fazer de conta que a gente não tem que ouvir a população. Eu quero ouvir as pessoas com 50 anos de

idade, com 40, com 60, com 70, com 80, que conhecem o Centro Histórico, que moram ali principalmente, gente. Como que nós vamos fazer uma mudança sem ouvir quem mora, as necessidades das pessoas? Então, eu queria encerrar a minha participação aqui dizendo que eu estou com muita falta de tranquilidade; não estou tranquilo com o que está acontecendo na cidade. A gente não vê o anúncio de um novo museu, de um novo centro cultural, a gente não vê o anúncio de uma nova escola, não é, Mauro? Quantas vezes nós estamos aqui discutindo, foi uma briga semana passada, nós estamos até agora dando resposta. Pelo menos o secretário de educação se comprometeu – ele se comprometeu –, fez uma reunião para aumentar o repasse para as professoras, mas das vagas, não se falou nada se vão abrir novas vagas. Tem hoje 29 mil pessoas sem escola na cidade entre crianças, adolescentes e adultos. Só de 4 a 5 anos de idade são 7 mil. Demanda manifesta, prefeito Raul, quer dizer que são pessoas que procuraram; tem mais as que nem sabem que têm o direito de a criança de 4 a 5 anos estar dentro da escola – Emenda nº 59 da Constituição, de 2009, vejam só. A população também não sabe das suas leis, da legislação, dos seus direitos, e cabe a nós fazer com que isso ressoe, fazer com que as pessoas saibam. Então também não é todo mundo que sabe o que está por vir aí desse empreendimento e todos os impactos. Acho que o IPHAN trouxe aqui para nós informações importantíssimas, a Secretaria de Cultura também, e vocês, da associação do museu, da associação dos moradores. Eu quero aqui agradecer a todos vocês e dizer que nós precisamos nos reunir com o secretário. Não é possível, nós vamos reconvocar uma reunião, que o secretário venha, fale e que ele sente com associação do museu, sente com os moradores, que ele sente para conversar. Esse é o papel do homem, da mulher públicos, é sentar, é conversar, é ouvir. Como a gente vai se afastar das pessoas se são as pessoas que nos elegem?

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Giovanni Culau está com a palavra.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Boa tarde a todas, a todos, represento aqui, na Câmara, também o primeiro mandato coletivo da história da nossa cidade. Eu gostaria de começar minha intervenção fazendo um reconhecimento de que não sou um urbanista, eu não sou um especialista na proteção do patrimônio histórico e cultural da cidade, tampouco tenho a bagagem que tu tens, Raul, de propriedade sobre esta cidade, mas o que eu carrego comigo aqui na Câmara é um sentimento bastante sincero de carinho por Porto Alegre, de amor por esta cidade. E, ao escutar vocês, cresce esse sentimento de preocupação profunda com que tipo de transformação que tem sido construída na nossa cidade. Quando eu cheguei, o Raul falava, e um dos elementos que o Raul mencionava é o tema da questão democrática, como os regramentos sobre a produção da cidade têm sido transformados sem levar em consideração o direito à participação social, que é algo garantido pelo Estatuto da Cidade. E, quando nós falamos aqui sobre essas alterações na legislação, em mais de uma oportunidade, ouvi o prefeito da cidade defender a ideia de um novo Plano Diretor, Raul, que seja liberal no sentido de não produzir amarras; na verdade, em boa medida, isso já tem sido feito. É uma barbaridade que nós tenhamos, na minha interpretação, Mauro, tratado aqui nesta Câmara Municipal de uma ideia de Plano Diretor do Centro; se existe uma ideia de Plano Diretor do Centro não existe a ideia de um Plano Diretor da cidade, porque nós precisamos pensar a cidade como um todo e o Centro como parte da cidade. Aquilo que foi feito das alterações dos regramentos em relação ao Centro Histórico dão a demonstração do que se pretende com a cidade como um todo, inclusive quando a gente fala aqui – eu acho que o Rafael falava sobre isso – sobre esse tema da delegação para o Executivo municipal concluir a regulamentação por decretos. Então, essa é a tradução dessa desregulamentação, dessa falta de democracia, que, em modo geral, fazem a nossa cidade caminhar, e o IAB, na nota que produziu, falava de uma cidade sem rumo. Na verdade, concordo com o que o IAB fala, mas, em algum sentido, tem um rumo, que é o rumo da descaracterização, em que se perde a identidade, em que se agride o nosso patrimônio histórico-cultural. Esse projeto é de agressão ao museu, mas também

à cidade como um todo, ao centro da cidade como um todo. É uma agressão paisagística, e eu considero também bastante cafona, brega. É um imaginário de cidade que abre mão e tem bastante a ver com o exemplo que tu falas de Farroupilha, Raul, e que eu comentava aqui dessa descaracterização completa da cidade. Eu, que sou lá do Extremo-Sul da cidade, discutia isso quando se falava do projeto do arado, que também é exemplo disso em outro canto da cidade, enfim.

Onde eu quero chegar? Porque acho que, quando nos reunimos nas nossas comissões, o nosso desafio é debater a cidade e pensar a partir daí sobre como nós encaramos o tema. Enquanto eu ouvia cada um e cada uma, e eu acho que a gente precisa se debruçar sobre quais são os instrumentos que a gente tem enquanto Câmara Municipal para incidir nesse debate, nós precisamos acompanhar mais e melhor esse tema. Eu gostaria de propor aqui, o nosso mandato teria disposição de apresentar e fazer esse protocolo e acho que seria interessante se nós fizéssemos também, de forma coletiva, enquanto comissão aqui que está reunida, nós instalarmos uma comissão especial da Câmara Municipal que possa fazer o acompanhamento dos debates em torno desse projeto. Porque nós não estamos falando de um projeto qualquer, nós estamos falando de um projeto que é bastante simbólico, de um conjunto de alterações que tem sido produzido na nossa cidade, de um prédio que, se construído, vai ser o segundo maior da cidade.

Então, a partir dessa experiência, nós buscamos corrigir os erros que eventualmente nós aprovamos aqui nesta Câmara, que cidade aprovou por consequência, corrigir os erros, impedir com que a nossa cidade seja brutalmente atacada a partir das agressões ao nosso patrimônio histórico-cultural, mas também nos impactos urbanos que um empreendimento como esse tem. Acho que a Câmara precisa estar vigilante, precisa se reivindicar protagonista. Por vezes se diz aqui que, quando a Câmara fala, fala a cidade. Pois bem, acho que nós precisamos nos colocar num lugar de muito cuidado, e por isso que proponho que um dos encaminhamentos seja aqui eventualmente

a instalação de uma comissão especial para analisar o andamento e o avanço desse projeto na cidade. Muito obrigado, gente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Próximo inscrito, Sr. Felisberto, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Se mais alguém quiser se escrever enquanto o Sr. Felisberto fala, ficaremos abertos. Depois nós encerraremos as inscrições para iniciarmos os encaminhamentos.

**SR. FELISBERTO SEABRA LUISI:** Boa tarde a todos e a todas, sou conselheiro do CMDUA, que está suspenso exatamente pela RGP-1, Gestão de Planejamento da Região 1, onde está inserido o Centro Histórico. Eu sou morador do Centro Histórico há 70 anos e conheço o Centro Histórico como a palma da minha mão. Por que eu conheço? Porque eu andei desde guri pelas ruas, começando na Rua André da Rocha, que ia em direção à Universidade Federal, porque meu pai lecionava lá, na faculdade de Direito. Então, o amor por esta cidade vem desde guri; nasci no Hospital Alemão, que hoje é o Moinhos de Vento e estudei no Colégio Rosário.

Porto Alegre tem uma caracterização, principalmente no Centro Histórico, que nós não podemos abrir mão: é a única cidade deste País que tem um Centro Histórico como o nosso. Não há outro lugar no País que tenha um Centro Histórico como o nosso. Olha o que é quem vai da Praça da Alfândega em direção ao que o Raul falou muito bem, que foi recuperado pelo Monumenta. Tinha a alfândega ali, naquele prédio. “Ah, não tem valor.” Tem valor, sim, por ali passaram pessoas que construíram a cidade, e tu foste muito feliz, Medeiros, quando tu falaste dessas pessoas que passam; parece que elas não têm valor. Elas têm muito valor, são a nossa memória, a nossa identidade. Os que vieram antes construíram uma identidade. Quem aqui sabe onde é o Largo dos Medeiros? (Pausa.) Quem sabe? O Largo dos Medeiros é aquela esquina da Andradas com a Ladeira. Por que Largo dos Medeiros? Porque ali se reuniam os políticos. Hoje completamente abandonado, sem nenhuma identificação; uma perda da memória. Eu sou do tempo que a Praça da Alfândega tinha vida; hoje

não tem mais. Por quê? Porque se descaracterizou. Tu foste muito feliz; essa questão da identificação com a cidade. Nós temos que amar a cidade que a gente vive. Não é um prédio moderno que nos dá a dimensão de cidadania; não é só negócios, Mauro Pinheiro, não é só negócios. A cidade se faz com a nossa história, com a nossa memória, com o nosso patrimônio. Aqui deveria estar o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural; deveria estar aqui, certo, para preservar, porque o próprio prefeito, quando teve a questão da Guarda Municipal no Parque da Redenção, se viu contrariado com o conselho, porque tomou uma posição contra a instalação da Guarda, e aí o prefeito, do ar da sua autoridade que ele tem, mas não deve desrespeitar a lei, não pode obrigar o conselho a mudar de voto; isso é uma inserção indevida, antidemocrática – antidemocrática –, e assim são com todos os outros conselhos que passam por esta Câmara. A Câmara tem que ter cuidado, porque a cidade está vendo o que a Câmara está fazendo quanto aprova a lei que descaracteriza a participação cidadã. Porto Alegre não vai abrir mão disso, queiram ou não queiram. Não adianta querer construir uma identidade numa cidade que é democrática, se caracterizou pela legalidade, isso é a nossa história, sabe, eu tinha oito anos quando o Leonel de Moura Brizola corajosamente disse: “Não!” Se entrincheirou no Palácio Piratini para defender o quê? A legalidade e a constituição. Então essas são marcas nossas, marcas gaúchas, marcas porto-alegrenses. Nós não podemos... E eu fico estarecido quando eu vejo alguém que não conhece e diz que conhece, mas não conhece; conhecer, é conhecer a nossa história; o que forjou a cidade de Porto Alegre. Quando eu vejo desmanchar um patrimônio como a Carris; querem desmanchar o DMAE que vai fazer 62 anos. Por quê? Porque não tem uma gestão competente. Recomendo irem a Mendelín, tem 42 empresas públicas, Mauro, geridas pelo poder público, porque lá tem gestão, tem um gestor comprometido com a coisa pública. Na área da educação, querer passar a gestão da educação para a iniciativa privada, a troco de quê? Por dizer que não é competente para administrar. Eu fui vice-diretor de uma escola em Canoas, e nós recuperamos toda a escola lá, a Gomes Jardim. Sofremos uma sindicância lá na época, exatamente por defender o patrimônio público, e eu não

me arrependo de ter, e tiveram que engavetar a sindicância, porque nós fizemos a seguinte defesa: é melhor errar por ação do que por omissão. Tiveram que engolir aquela sindicância, não tiveram coragem de levar adiante, porque nós protegemos o patrimônio público. A Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos, imaginem, Museu Júlio de Castilhos, como o Rafael disse aqui, 1937, um dos primeiros museus no Estado do Rio Grande do Sul, que é característica nossa. Então nós temos que amar a nossa cidade, a nossa cidade tem uma história, e nós não podemos abrir mão, não pode ser uma marca. Eu estou saturado, e aqui é um desabafo como cidadão porto-alegrense, estou saturado de ver luminoso nas ruas; propaganda gratuita em troca de parada que deveria ser uma atribuição do poder público e não da iniciativa privada, que descaracteriza a nossa cidade como se todos nós fôssemos obrigados a suportar aquilo. Eu não sou obrigado, e muita gente não é obrigado a suportar; vendas de parques, praças, descaracterização da nossa cidade, sabe, desculpe o desabafo, mas é de um cidadão que está saturado, saturado de ver o que estão fazendo com a cidade que eu nasci e que eu amo tanto. Para finalizar, imagina se construísse um prédio no meio de Florença, na Itália, para ver o que que os fiorentinos fariam. Talvez fizessem um novo renascimento; talvez seja o que nós precisamos em Porto Alegre é de um novo renascer. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL):** Obrigado Sr. Felisberto. Então aqui, conforme tem o pedido do Ver. Giovanni, eu acho que tem que fazer o requerimento pedindo uma comissão especial na Casa para que se possa debater. Eu acho que nós podemos encaminhar também – não combinamos aqui –, mas fazer o pedido do processo inteiro para o secretário, para que a gente possa tomar pé da situação não só através do SEI. Pedir o processo a ele para que a gente possa acompanhar – até porque já tem uma questão na justiça – para que a gente possa também ter elementos. Nós nos colocamos à disposição. Não sei se os demais vereadores querem mais alguma coisa?

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Não, só um adendo à fala do Felisberto. Felisberto, hoje está no noticiário – tu falaste de gestão – que uma comporta rompeu. Na verdade, as comportas foram feitas para mais de 5m de água; está 3m e poucos, e ela rompeu porque não teve manutenção.

**SR. RAUL PONT:** Não, eu acho que fica como sugestão, digamos, claro que através da comissão ou mesmo individualmente, ou por bancada reabrir o debate sobre essa legislação, que foi citada, de 21. Porque do regramento anterior eu não sei, não conheço detalhes específicos do que autoriza, mas foi a Câmara que, em última instância, deliberou e possibilitou essa iniciativa de o Executivo tomar medidas dessa forma. Eu acho que é típica questão que, diante do fato concreto agora, ela seja revisada, discutida de novo. Ver onde ou o quê, estabelecer o contraponto da participação da comunidade ou contraponto da própria lei que ainda está em vigor. A antiga lei do Plano Diretor estabelecia altura, estabelecia volumetria, estabelecia recuo, quer dizer, isso estava tudo regrado pelo Plano Diretor e sempre foi um elemento, enfim, de consideração pela cidade que possuía isso. Vocês imaginem, eu tenho absoluta certeza que, se a gente não tivesse o Plano Diretor 79, nós não teríamos feito a 3ª Perimetral porque o Município não ia ter dinheiro para fazer desapropriação, o Município não ia ter condições externas. Precisou-se de anos e anos de acúmulo de uma legislação que estabeleceu bem. Nós não desapropriamos nenhum prédio; se desapropriou muro, jardim porque tudo já estava estabelecido, quer dizer, isso significa pensar no futuro. Da mesma forma a 4ª Perimetral que também está projetada, para essas questões é que eu acho que a gente tem que se preparar, e não é para um mandato, para dois mandatos, é para a cidade. Eu não me lembro de quantos quantas administrações que já passaram pelo Morro do Osso, pelo Parque do Morro do Osso e até hoje ele não está estabelecido e nem é atrativo por desconhecimento, ou por falta de acesso da população. Uma área muito maior do que a Redenção. Bem, só se chegou lá porque um mandato comprou um terreno, o outro comprou outro terreno, o outro foi descobriu o famoso chinês que era dono de um canto que ninguém achava. Então quer dizer,

essa demarcação não é para um mandato, dois mandatos para um prefeito, ela é para a cidade. Então eu acho que esta legislação que foi citado aqui agora é que seria responsável por essas mudanças que permitem que, por decreto ou por uma forma monocrática, se possa estabelecer é voltar para as regras. Então fica aí a sugestão para que a legislação seja um retomar desse debate.

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL):** Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h49min.)

TEXTOS SEM REVISÃO